

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Distribuidoras acompanham abertura do mercado de refino.....	2
Título: PGR recorre de decisão do STJ que favorece Braskem.....	3
Título: Caixa exerce opção de resgatar bônus subordinados, diz fonte	4
Título: Alimentos e combustível puxam o IPCA-15 para baixo, projetam analistas	5
Título: Curta.....	7
Título: Desafio de Belini para transformar a Cemig.....	7
Título: Produção de aço bruto cai 1,5% até maio	11
Título: Com um pé no petróleo e outro no futebol	12
Título: Minério de ferro acumula ganhos de 60% em 2019.....	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	17
Título: Termina hoje prazo para a reserva de ações da Petrobrás	17
Título: Fundo investe US\$ 43 mi em agtechs na América Latina	18
VEÍCULO: O Globo.....	20
Título: Um pré-sal para o Museu	20

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/06/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Distribuidoras acompanham abertura do mercado de refino**

A venda de metade da capacidade de refino da Petrobras deve estimular, nos próximos anos, investimentos privados na melhoria da rentabilidade das unidades à venda, na avaliação da A.T. Kearney. Uma pesquisa da consultoria internacional com as principais distribuidoras do Brasil mostra, ainda, que as companhias do setor enxergam que, com a abertura do mercado e fim do monopólio da Petrobras, os preços dos combustíveis tendem a cair e haja mais transparência e um equilíbrio maior nas relações contratuais com os fornecedores.

"Os novos 'players' devem fazer investimentos nas refinarias para ganhar produtividade, melhorar o rendimento dos ativos, isso traz retorno para as margens", disse o especialista em óleo e gás da A.T. Kearney, Sérgio Eminente. Ele não vê, porém, num primeiro momento, investimentos na expansão da capacidade das refinarias existentes. "Acreditamos que todos vão querer entender melhor o mercado onde estão pisando", afirma.

O consultor explica que é natural a existência de espécies de monopólios regionais nos mercados mais próximos às refinarias, mas que acredita num aumento da competição em regiões de fronteira entre dois parques de refino, como nos eixos Rio-São Paulo-Minas, e em regiões litorâneas onde há intensa presença de importadores.

"As distribuidoras trabalham com uma expectativa de redução no preço, maior transparência na formação dos preços, entendendo que haverá uma certa concorrência em algumas regiões. Com certeza haverá mais opções de fornecimento. Até mesmo a importação deve ajudar nas opções de fornecimento. Todas essas regiões da costa, onde há meios de escoamento, estradas ou cabotagem, há competição. O Nordeste é onde temos historicamente um maior volume de importação. Deve ser uma região onde deve haver competição", afirmou o consultor.

Eminente destaca que, com a abertura do refino, a expectativa das distribuidoras é que haja mudanças no marketing do setor. As empresas esperam, segundo ele, novas políticas de preços, descontos por volume e prazo de pagamento, por exemplo. "Os refinadores precisarão focar esforços para adequarem-se ao novo contexto competitivo", afirma o consultor.

A percepção entre as distribuidoras, segundo a pesquisa da consultoria com seis das principais empresas do setor, é que o fim do monopólio da Petrobras no refino traga algum aumento na competição do mercado.

"A redução da dependência da Petrobras é natural. Isso daria para eles [distribuidores] um certo equilíbrio nas relações. Hoje, se a Petrobras toma uma decisão sobre preços, eles são diretamente impactados. Com vários players, não necessariamente todos vão tomar a mesma decisão [sobre reajustes]", afirmou Eminente, ao comentar sobre os resultados da pesquisa realizada com seis empresas de distribuição, sobre as percepções sobre a abertura do mercado.

O consultor disse ainda que vê sentido na entrada de distribuidoras no setor de refino, em busca da verticalização de suas atividades. "Alguns desses 'players' têm refinarias em outros países. Tem capacidade. É uma opção. Se tiverem caixa poderia fazer sentido, para integração da cadeia", comenta.

Eminente, contudo, destaca que, para se efetivar a entrada de novos agentes no refino, é preciso dar sinalizações de liberdade nos preços da Petrobras. "Toda essa discussão dos últimos meses sobre controle de preços dificulta uma tomada de decisão de alguns 'players' de entrar no país", afirma.

Este mês, a estatal assinou com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) um termo de compromisso para venda de oito refinarias, que somam capacidade de processamento de cerca de 1,1 milhão de barris ao dia. A venda das refinarias deverá ocorrer em três fases, com conclusão no fim de 2021.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Isadora Peron | De Brasília

Título: PGR recorre de decisão do STJ que favorece Braskem

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, recorreu, na sexta-feira, da decisão do ministro João Otávio de Noronha, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de liberar a distribuição de dividendos da Braskem para seus acionistas.

Noronha acatou um pedido da Braskem para substituir o bloqueio de R\$ 2,67 bilhões em dividendos por um seguro-garantia do mesmo valor. Ele também autorizou a realização de uma assembleia geral para deliberar sobre a distribuição dos dividendos.

Na manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), Dodge pede que seja reestabelecida a decisão da Justiça de Alagoas, que havia bloqueado o

pagamento para que o valor fosse usado para indenizar famílias cujos imóveis foram afetados pelo afundamento do solo em bairros de Maceió.

Na ação original, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública de Alagoas pedem o bloqueio de R\$ 6,7 bilhões da Braskem. "A manutenção da decisão ora questionada, ao tempo em que colabora para o atendimento de interesse exclusivo da empresa, tem potencial de causar enorme gravame aos milhares de cidadãos seriamente afetados pela exploração da atividade mineradora", diz Dodge em sua manifestação.

Para ela, se os dividendos forem pagos, "a propriedade dos recursos transfere-se aos acionistas, terceiros que não irão responder por danos causados pela mineradora".

A Braskem disse, em nota, que tomou conhecimento pela imprensa do recurso. Para a empresa, "a distribuição de dividendos é um direito legal, tendo oferecido em contrapartida um seguro-garantia para eventuais ressarcimentos".

A petroquímica informa ainda que "a ação que avalia o mérito sobre o caso está em fase inicial, tendo a Braskem apresentado nesta semana sua defesa em relação ao relatório preliminar da Companhia de Recursos Minerais que na avaliação da empresa apresenta inconsistências técnicas".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/06/2019

Seção: Finanças

Autor: Talita Moreira | De São Paulo

Título: Caixa exerce opção de resgatar bônus subordinados, diz fonte

A Caixa Econômica Federal optou por fazer o resgate de uma emissão de US\$ 500 milhões em bônus que venceriam em 2024 e compõem o capital de nível 2 da instituição financeira, segundo fonte que atua no mercado de dívida. Os títulos, emitidos em 2014, tinham cupom de 7,25% ao ano até agora. No entanto, conforme estava previsto no prospecto da emissão, a Caixa teria de pagar uma nova taxa, mais alta, daqui até o vencimento.

Para não arcar com esse custo adicional, o banco optou pelo resgate antecipado, possibilidade que também constava das regras de lançamento dos bônus.

Em emissões de dívida subordinada de bancos, a revisão do cupom dos títulos, em geral para cima ("step-up", no jargão do mercado financeiro), depois de

alguns anos é um procedimento comum, adotado para aumentar a atratividade da operação para os investidores. A opção de recompra, em contrapartida, é uma forma de o emissor se proteger do risco de uma escalada nos custos da dívida.

No caso da Caixa, a nova taxa seria calculada em uma fórmula baseada na taxa dos títulos de cinco anos do Tesouro americano mais 5,55% ao ano, de acordo com o prospecto da emissão. O lançamento dos bônus, em 2014, foi coordenado por BB Securities, Bank of America Merrill Lynch, Bradesco BBI, BTG Pactual, Deutsche Bank e HSBC.

Na sexta-feira, os títulos eram negociados a 99,3% do valor de face, conforme um gestor que opera no mercado de dívida.

O banco estatal tem uma agenda de venda de ativos e vem adotando uma série de outras medidas para fazer uma melhor gestão de capital. Nesta semana, a instituição deve precificar uma oferta pública para vender mais de R\$ 7 bilhões em ações da Petrobras que hoje compõem seu capital.

A Caixa planeja devolver ao Tesouro, até o fim deste ano, R\$ 20 bilhões em títulos híbridos de capital e dívida, metade dos R\$ 40,2 bilhões que foram concedidos nessa modalidade pela União ao banco anos atrás, operação que contribuiu para as chamadas pedaladas fiscais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/06/2019

Seção: Brasil

Autor: Arícia Martins | De São Paulo

Título: Alimentos e combustível puxam o IPCA-15 para baixo, projetam analistas

A sazonalidade favorável para os alimentos e a descompressão de combustíveis aliviaram a inflação na primeira quinzena do mês, avaliam economistas. Segundo a estimativa mediana de 23 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) desacelerou de 0,35% para 0,07% entre maio e junho.

As projeções para a prévia da inflação oficial, a ser divulgada amanhã pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estão em sua maioria no campo ligeiramente positivo, e variam de redução de 0,04% até alta de 0,20%. Em 12 meses, a expectativa é que o índice também tenha desacelerado, de

4,93% para 3,85%, voltando a ficar, portanto, abaixo da meta definida para o ano, de 4,25%.

"Os preços continuam reagindo de forma muito lenta e as expectativas seguem ancoradas. O único fator que impede o Banco Central de reduzir a taxa Selic são as incertezas no cenário", diz Márcio Milan, economista da Tendências Consultoria. Em seus cálculos, o IPCA-15 subiu 0,05% no mês atual, ou 3,8% nos 12 meses encerrados em junho.

Depois de ter registrado estabilidade na prévia de maio, o grupo alimentação e bebidas recuou 0,40%, estima Milan, principal influência de baixa sobre o IPCA-15. Os itens in natura devem ser os maiores focos da deflação, afirma, devido ao efeito do clima mais propenso à produção, típico desta época do ano. Os grãos também devem ter ficado mais baratos, acrescenta Milan, para quem os próximos dois meses ainda serão tranquilos para os preços de alimentação.

Além dos alimentos, os transportes também entraram no terreno negativo em maio nas estimativas da Tendências, com queda de 0,32%, após aumento de 0,65%. Neste setor, Milan destaca os combustíveis, que deixaram avanço de 3,3% e, agora, diminuíram 0,46%.

"A taxa de câmbio teve uma boa devolução", comentou, o que reduz as cotações de derivados de petróleo no mercado doméstico, uma vez que a política de preços da Petrobras repassa as oscilações no exterior.

Como a deflação de alimentos e combustíveis deve se aprofundar daqui até o fim do mês, o IPCA fechado de junho deve recuar 0,03%, calcula o economista da consultoria. Também devem ajudar nesse movimento as tarifas de eletricidade residencial, acrescenta Milan. Em junho, a bandeira tarifária mudou da amarela para a verde, que deixa as contas de luz livres de cobranças adicionais. No IPCA-15, a energia elétrica deve ter avançado na passagem mensal, de 0,72% para 0,87%, apontou.

Mesmo desconsiderando questões pontuais, o ambiente inflacionário está benigno, destaca Milan, com evolução comportada dos núcleos - que excluem ou reduzem o impacto de itens voláteis sobre o IPCA - e também dos serviços.

Por isso, a consultoria avalia que, passada a votação da reforma da Previdência, o BC dará início a um ciclo de afrouxamento monetário, com corte de 0,25 ponto percentual da Selic na reunião de outubro do Comitê de Política Monetária (Copom). Assim, a taxa básica de juros terminaria 2019 em 6% ao ano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 24/06/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curta

Codesp versus Transpetro

A Transpetro, subsidiária da Petrobras, conseguiu, na última quarta-feira, uma liminar prorrogando por dez dias o contrato de transição com a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), cujo prazo final seria na sexta-feira. Com isso, a empresa garante sua operação no Porto de Santos durante esse período adicional, até que a autoridade portuária se manifeste.

A Codesp e a Transpetro travam uma disputa em torno do valor pago pelo contrato no cais santista. A empresa desembolsa, por ano, R\$ 18 milhões por uma área nobre na zona de Alemoa, na margem direita do porto. A autoridade portuária calcula em R\$ 400 milhões o valor anual justo pelo arrendamento. Após meses de negociações, a Transpetro aceitou pagar menos de 10% do montante cobrado - o que a companhia docas diz não estar disposta a aceitar.

Procurada, a Codesp afirmou que o contrato com a Transpetro "não reflete os valores de mercado, o que configura uma situação de subsídio da operação do terminal pela Autoridade Portuária". O órgão diz ainda que já iniciou a elaboração de estudos para uma nova licitação da área.

A Transpetro afirmou que não comentaria o processo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 24/06/2019**Seção:** Empresas**Autor:** Camila Maia, Marli Olmos e Ivo Ribeiro | De São Paulo**Título:** Desafio de Belini para transformar a Cemig

É fácil imaginar o choque que um executivo com longa carreira no setor privado leva quando assume o comando de uma empresa pública. O administrador de empresas Cledorvino Belini não contava, porém, com alguns exageros que surgiram à sua frente quando assumiu, há quatro meses, a presidência da Cemig, estatal mineira de energia. Ele levou um susto quando percebeu que a compra de um simples punhado de lápis tinha que passar por um processo de licitação idêntico ao da aquisição de uma valiosa subestação de energia. Causou

igualmente espanto a quantidade de diretores e conselheiros - 83 ao todo. Seu plano de tornar a estatal tão eficiente quanto uma empresa privada não será fácil.

Não à toa chamou a atenção do executivo a burocracia no processo de compras da Cemig. Seus 45 anos de trabalho na Fiat, dos quais 11 na presidência das operações da montadora italiana na América Latina, foram pontuados por rigorosos conceitos de eficiência e de manufatura enxuta e também um toque pessoal. No fim da década de 80, quando era diretor de compras, Belini foi o responsável por um ousado plano de racionalização do parque de fornecedores. O projeto que ficou conhecido pelo nome de "mineirização" atraiu fabricantes de autopeças para o entorno da Fiat, garantindo que os componentes chegassem à linha no momento exato da montagem, sem desperdícios de tempo e sem necessidade de estoque.

Belini sabe que não será tão fácil aproveitar as lições da vasta experiência no setor privado para elaborar uma reestruturação da Cemig, que há anos sofre com endividamento alto e problemas de caixa. Mas ele já começou a arregaçar as mangas. Em quatro meses de gestão, o número de membros de diretoria e de conselho já caiu de 83 para 33. No conselho, houve uma redução de 30 para nove cadeiras. Nesse período, um programa interno de redução de despesas já resultou em ganhos anualizados de R\$ 230 milhões.

O novo presidente da Cemig também organiza um plano de carreira para os 5,8 mil funcionários da companhia, além de cursos de especialização. No início do ano, 800 vagas foram eliminadas por meio de um programa de demissões voluntárias. Belini diz que não está previsto novo PDV. "O número atual é justo; a ideia, agora, é capacitar os funcionários e alocá-los para as áreas adequadas", diz.

"Minha gestão é focada em aumentar eficiência, produtividade, pesquisa e desenvolvimento, inovação, eficiência energética e governança", diz Belini, em sua primeira entrevista à frente da Cemig. Embora o mercado esteja na expectativa da privatização da estatal de energia, o executivo considera mais urgente deixar, antes, a casa em ordem. "A privatização é uma questão para os controladores da companhia. Se a Cemig alcançar a eficiência de uma empresa privada será um produto mais atrativo para vender", completa.

Sem isso, diz, "haverá danos" para todo o Estado de Minas. "O Estado está quebrado; a saúde e a educação são prioridades e a recuperação fiscal é um

compromisso", destaca. O executivo lembra que as desestatizações são condições impostas pela União para que os Estados possam ter apoio do Tesouro. "Confio muito na Assembleia. Lógico, é necessário um debate. Mas todos são conscientes de que precisam resolver o problema do Estado".

A trajetória de sucesso no comando de uma montadora já seria o bastante para Belini ganhar a confiança do governador Romeu Zema (Novo). "Toca aí como você tocava a Fiat", disse o governador quando o convidou para o desafio. Mas Belini levou, para a estatal, uma importante experiência adicional. Poucos sabem que ele não se aposentou depois de deixar a Fiat. Belini saiu da presidência da montadora em 2015 e do seu conselho em 2017. Mas, em seguida, passou a ocupar cadeiras em conselhos de várias empresas. Em duas delas vivenciou os efeitos de períodos bastante tumultuados - JBS e Odebrecht.

O "treinamento" no conselho da JBS, onde continua, e na Odebrecht, que ele deixou, o ajudou a acrescentar experiências diferentes do "modelo americano de governança", que adquiriu na Fiat. E o deixou ainda mais afiado para os inúmeros desafios na Cemig.

Desde que "trocou o pijama pela gravata", como brinca, esse executivo paulistano que completou 70 anos em maio tem enfrentado cargas de trabalho que giram em torno de 14 horas por dia. "São muitas horas de 'festa' todos os dias", afirma, sempre bem-humorado.

Entre as "prioridades urgentes", como ele diz, a Cemig tem uma lista de ativos à venda que inclui as participações nas megasusinas Santo Antonio, Belo Monte e nas empresas Light e Renova. A dívida líquida da companhia, no fim de março, era de R\$ 12,7 bilhões, uma alavancagem financeira (relação entre dívida líquida e a geração operacional de caixa) de três vezes.

O plano estratégico da companhia estatal prevê um programa de investimentos de R\$ 8,3 bilhões até 2023, sendo a maior parte, R\$ 6,4 bilhões, em ampliação e melhoria do segmento de distribuição de energia. A empresa é maior nesse negócio.

"O Estado sempre foi o provedor de caixa da Cemig. A partir do momento em que houve dificuldades nas contas públicas, houve transferência de recursos da empresa para o governo, via dividendos, e faltou dinheiro para fazer os investimentos. Nosso grande trabalho agora é criar eficiência e gerar caixa para investir", destaca Belini.

O executivo ainda estranha as amarras que a empresa tem por ser estatal. As reuniões da diretoria, segundo ele, duram o dobro do que deveriam pois envolvem questões pequenas do andamento da empresa e que poderiam ser delegadas a outros profissionais. "Mas o trabalho está, ainda, muito centralizado. Tudo vira objeto de uma proposta de deliberação debatida pela administração", afirma. Por outro lado, ele elogia o "excelente corpo técnico" e o fato de não haver hoje, na estatal, "nenhuma ingerência ou indicação política".

Belini tem na memória uma extensa agenda de trabalhos pela frente. Um dos planos é a implementação de projetos de eficiência energética em hospitais e escolas públicas. Isso pode resultar, como ganho adicional, a redução da inadimplência do Estado nas contas de luz, um problema que tem crescido com a crise.

Outra frente de inovação é o plano de ter baterias para armazenamento de energia. Além disso, a nova gestão da Cemig tenta desenvolver um trabalho com startups para reduzir a inadimplência dos consumidores da distribuidora.

E, como Minas é o estado que mais concentra projetos de geração solar no país, a estatal também se prepara para expandir a atividade em geração de energia por fontes renováveis e geração distribuída - sistema que permite ao consumidor obter créditos por meio da injeção, na rede, de energia gerada em painéis solares, por exemplo. A ideia é chegar ao fim do ano com 60 MW em projetos de geração distribuída, uma quantidade significativa, levando em conta que, para ser habilitado, cada projeto pode ter, no máximo, cinco megawatts de potência instalada.

Na agenda de Belini está também o vencimento das concessões de três hidrelétricas, que somam 1.700 megawatts de potência, entre 2024 e 2025. Os empreendimentos representam hoje praticamente metade da potência instalada de toda a estatal. A companhia discute com o governo federal uma solução que envolva a venda do controle de cada usina para sócios privados, que pagariam uma outorga pela renovação - que seria antecipada - das concessões.

Essa não é a primeira experiência de Belini com o governo mineiro. Entre 1973 e 1989, Minas Gerais tinha uma participação na Fiat do Brasil. Essa foi uma das condições que garantiram a vinda da montadora italiana para o país e a instalação da fábrica em Betim, na região metropolitana de Belo Horizonte.

"Não era uma estatal, mas presidente e diretores eram indicados pelo governo estadual", afirma Belini.

Segundo ele, quando o governo mineiro vendeu sua última participação na Fiat, em 1989, a companhia tinha 9% de participação no mercado brasileiro.

"Quando se livrou das amarras, a empresa passou a fazer mais investimentos e chegou a 25% de participação", diz. "Havia dificuldades na gestão e na tomada de decisão de investimentos, processos lentos e complicados. Depois, a empresa passou a ser ágil e dinâmica", completa.

A diferença entre os tempos de carreira no setor privado e hoje, diz, é que a maturidade e a experiência se tornaram aliadas de uma fase da vida em que não se está exatamente em busca de um emprego, mas do desafio de ser útil a uma causa. "Quando estava na ativa (no mundo corporativo) eu era mais ansioso", destaca.

Belini diz integrar um grupo que ele apelidou de "vintage" - formado por executivos que não estão pensando mais numa carreira quando aceitam certos tipos de trabalho. É um estímulo saber, por exemplo, que ele pode ajudar a mudar a vida do dono da fazenda que tem que jogar fora 40 mil litros de leite por falta de energia.

O entusiasmo, ainda, tem a certeza de que mesmo com projeções mais pessimistas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, "a longo prazo o país precisa de energia" porque "onde há energia há progresso". Fora isso, o que importa para Belini, agora, é ter pelo menos dez dias de férias por ano para poder manter a promessa de todos os anos viajar - ele e os cinco netos - para a Disney.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/06/2019

Seção: Empresas

Autor: De São Paulo

Título: Produção de aço bruto cai 1,5% até maio

A produção brasileira de aço bruto recuou 1,5% no acumulado de janeiro a maio deste ano em relação ao mesmo período de 2018, somando 14 milhões de toneladas, segundo o Instituto Aço Brasil. A produção de laminados teve queda de 3,8% no período, com um total de 9,4 milhões de toneladas. Os produtos semiacabados para vendas também mostraram retração de 5,1%.

Já as vendas internas subiram 4,6% nos cinco primeiros meses do ano, e o consumo aparente de produtos siderúrgicos no país cresceu 3,6%. O instituto advertiu, entretanto, que as variações positivas de vendas internas e consumo devem considerar a paralisação dos caminhoneiros, que ocorreu em maio de 2018, e rebaixou a base de comparação, informa a Agência Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Bruno Villas Bôas e Rafael Rosas | Do Rio

Título: Com um pé no petróleo e outro no futebol

Na quinta-feira, dois dias antes do jogo contra o Peru, o técnico Tite passava instruções aos jogadores da seleção brasileira no centro de treinamento do São Paulo Futebol Clube, na Barra Funda. À beira do gramado, um homem de cabelos grisalhos caminhava de um lado para o outro com o celular no ouvido. De uniforme de treino da seleção, o engenheiro Luiz Rodolfo Landim Machado, 62 anos, veste o cargo de dirigente de futebol com a mesma obstinação pelo trabalho que o levou a fazer fortuna no setor de petróleo nas últimas décadas. Presidente do Flamengo desde o início deste ano, Landim chefia a delegação brasileira na Copa América. Ao mesmo tempo, comanda sua petroleira, a Ouro Preto Óleo e Gás, numa disputa bilionária por novos ativos.

Formado em engenharia civil na UFRJ, Landim ganhou notoriedade no mundo empresarial por sua trajetória como gestor. Passou mais de 20 anos na Petrobras, presidiu a BR Distribuidora e esteve à frente da abertura de capital da OGX, em 2010, operação que ajudou a transformar, então, Eike Batista no homem mais rico do Brasil.

Agora, Landim tem um novo e ambicioso projeto. A Ouro Preto, da qual é cofundador e controlador, integra um consórcio candidato à compra dos polos Pampo e Enchova, que englobam dez campos maduros da Petrobras, na Bacia de Campos, avaliados em cerca de US\$ 1 bilhão. Essas áreas produziram 38 mil barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) de petróleo e gás natural em 2017. Se vitoriosa, a Ouro Preto, que produz apenas 500 BOE/dia, dará seu maior salto operacional desde que comprou os ativos da americana El Paso no país, e estreou como produtora de petróleo em 2014.

"Estamos de fato participando da disputa, estamos fazendo o bid [concorrência]. Mas a decisão fica com a Petrobras", disse Landim em entrevista ao **Valor** por telefone, durante o treino de quinta-feira da seleção. "A Ouro Preto está com uma equipe que eu treinei e super bem preparada no período que estou na seleção. Você precisa saber escolher as pessoas certas, nos lugares

certos para tocar. Mas, além disso, eu passo o dia inteiro no celular para resolver as coisas", diz o empresário carioca, que acumula ainda a gestão da Mare Investimentos e a presidência da Constellation Oil Services, antiga Queiroz Galvão Óleo e Gás.

Em paralelo às negociações pelos campos em mar da Petrobras, Landim tem outros desafios em terra firme. Presidente do Clube de Regatas do Flamengo desde 1º de janeiro, quando efetivamente "pegou a caneta" do clube, o empresário quer que seu time do coração volte a acumular vitórias. Clubes de futebol, como empresas, costumam ter cultura própria. No futebol, contudo, existe um fator imponderável: a paixão da torcida. No caso rubro-negro, são mais de 35 milhões de torcedores, a maior torcida do país, segundo pesquisa da Datafolha de janeiro de 2018. Neste campo, o sucesso de Landim dependerá do desempenho dentro das quatro linhas do gramado.

"Quando você faz o planejamento estratégico de uma empresa privada, o que você coloca são objetivos a serem alcançados, e formas de serem alcançados. Tem muito mais razão do que paixão. A grande diferença é essa", afirma Landim. "A torcida é o fator externo, que é o grande patrimônio do clube também. O clube é grande porque tem torcida, seu principal ativo. É o torcedor que paga para assistir à transmissão do jogo, comprar a camisa, movimenta recursos para dentro do clube. É o nosso público alvo, nosso cliente. Mas é um cliente com paciência mais curta e cobrança bem diferente do de uma empresa."

O empresário tem a seu favor o hábito de trabalhar sob pressão. Ele cultivava há 40 anos a rotina de acordar às dez para seis da manhã e dormir à uma e meia da madrugada. Um antigo colega de trabalho, que o chefiou e foi chefiado por ele, o define como "workaholic". Esse colega lembra da época em que Landim estava no comando do sistema de produção da Petrobras na Bacia de Campos, nos anos 1990. Landim passou a morar em Macaé, no norte do Estado do Rio, a 190 km da capital, onde a família continuava morando. "Ele sempre teve um amor muito grande pelo filho [Flavio, nascido em 1986], que morava no Rio. Sempre arrumava um jeito de ficar perto do filho. Mesmo assim, às sextas-feiras, quando todos queriam pegar a estrada para o Rio, ele segurava a equipe no escritório até nove, dez da noite", diz o ex-colega, que pediu para não ser identificado.

Além de conquistas, a carreira do executivo produziu inimizades. A mais pública delas foi com Eike Batista. Quando era executivo do grupo EBX, Landim recebeu do empresário um bilhete com a promessa de 1% de participação na holding. "Gostaria de convidá-lo a fazer parte da minha holding como cavaleiro da tábua do sol eterno", dizia o bilhete. A promessa não foi cumprida, mas Landim guardou o papel. Após deixar o grupo, o que aconteceu antes da derrocada das

empresas "X", o engenheiro entrou com um processo contra o Eike pedindo indenização, em 2010. Segundo o escritório Sergio Bermudes, que representou Eike, a ação teria chegado ao fim no mês passado, com o trânsito em julgado após decisão do Superior Tribunal de Justiça - e Landim perdeu em todas as instâncias. "Ele, de fato, ganhou. Não discuto decisão da Justiça", disse Landim.

A faceta de dirigente esportivo colhe elogios e algumas divergências. Em dezembro de 2012, o administrador Eduardo Bandeira de Mello foi eleito presidente do Flamengo numa chapa que contava com o apoio do engenheiro. Trabalharam juntos na recuperação do clube por três anos, com Landim na vice-presidência de Planejamento e Orçamento. Em 2015, Bandeira decidiu se candidatar à reeleição e provocou um racha político no clube. Landim optou por cerrar as fileiras da chapa de oposição, que acabou derrotada. Três anos depois, em 2018, o empresário lançou a própria candidatura à presidência do Flamengo. Foi eleito com votos de 1.879 sócios, 61% do total registrado na sede do clube, na Gávea, zona sul carioca.

O Flamengo de seis anos atrás era totalmente diferente do clube que Landim herdou em dezembro do ano passado. Ao fim de 2012, o patrimônio líquido do clube era negativo em R\$ 423,8 milhões. Só em 2012, o déficit havia sido de R\$ 62,4 milhões. Ao fim de 2018, último ano da gestão Bandeira, o superávit era de R\$ 45,9 milhões. Essa reviravolta foi realizada por um grupo que chegou ao poder com Bandeira e incluía nomes como Luiz Eduardo Baptista (então presidente da Sky), Flávio Godinho (ex-EBX), Claudio Pracownik (Brasil Plural), Alexandre Póvoa (Canepa Asset) e Wallim Vasconcellos (ex-BNDES), entre outros.

Nos negócios "tem muito mais razão do que paixão. A grande diferença é essa", diz Landim, presidente do Flamengo

Se a pressão em cima de Bandeira era, fundamentalmente, em busca do saneamento financeiro, sobre Landim é mais intangível. Com dinheiro em caixa e elenco estrelado, a cobrança é por títulos importantes dentro das quatro linhas. Landim diz que o Flamengo precisava internamente de cobrança e atitude - um dos motes de sua campanha para a presidência do clube. "Todo o processo que estamos implementando passa por um nível de cobrança diferenciado. Ganhamos os campeonatos que participamos neste ano. E falei que cobrança existiria em tudo que disputarmos. Esse tipo de postura tem que partir de cima, de quem administra", diz Landim.

Ex-vice presidente de finanças do Flamengo, o advogado Claudio Pracownik concorda que Landim tem um perfil de gestão diferente de seu antecessor no cargo. "Essa gestão atual é claramente mais agressiva. Pelo próprio perfil do Landim, pela campanha política que fez em cima da necessidade de conquista

de títulos. Talvez também porque o clube tenha uma condição financeira melhor de investir. Você pode investir mais, contando que vai ganhar tudo, com elevadas premiações. O risco financeiro neste caso é o título não vir", disse o advogado, atualmente morando em São Paulo e mais afastado do dia a dia do clube carioca.

Essas características de Landim ajudam a explicar o movimento ousado do clube no mercado de transferência de atletas no início de ano. Após uma conturbada negociação com o Cruzeiro, o Flamengo contratou o meia uruguaio De Arrascaeta por € 13 milhões (cerca de R\$ 55 milhões), a maior contratação da história rubro-negra. Nas semanas anteriores, havia anunciado a compra do zagueiro Rodrigo Caio (R\$ 22 milhões) e do atacante Bruno Henrique (R\$ 23 milhões). A contratação mais recente foi a do técnico português Jorge Jesus. A paciência da torcida com a falta de títulos, porém, é inversamente proporcional ao aumento do investimento do clube.

Vice-presidente de Finanças do Flamengo, Wallim Vasconcellos, que caminhou ao lado de Landim na vida política do clube nos últimos anos, reconhece que o sucesso no futebol, porém, depende também do imponderável. "Na empresa eu consigo minimamente ter um planejamento e prever o que vai acontecer no mercado, com os produtos, vejo quais são as tendências de mercado e eu posso ir me adaptando a isso. Você tem muitas ferramentas para isso. Decido se vou vender mais barato para ter 'market share' ou se vou dar prioridade às margens", afirma. "No futebol, o sucesso está muito ligado às vitórias e tem o imponderável. A bola pode bater na trave, pode o goleiro tomar um frango. Diferentemente da empresa, tudo pode mudar numa quarta ou num domingo".

Landim diz que não se arrepende das suas ações no clube nesses quase seis meses no cargo, mas lamenta a fatalidade ocorrida no Ninho do Urubu, centro de treinamento do Flamengo no Rio de Janeiro, quando estava há pouco mais de 30 dias no cargo. Um incêndio matou dez jovens das categorias de base do clube e feriu outros três. Na semana passada, o antecessor no cargo, Eduardo Bandeira de Mello, e outras sete pessoas foram indiciadas pela Polícia Civil por homicídio doloso "Foi o momento mais triste da carreira", diz o empresário, que não está entre os indiciados.

O sócio da Sports Value Marketing Esportivo, Amir Somoggi, observa que poucos executivos ainda aventuram-se a administrar clubes de futebol no Brasil. Para ele, existem bons motivos para isso: a remuneração inexistente ou pouco atraente, o temor de manchar o currículo, ambiente pouco profissionalizado e a pressão de torcedores.

"O futebol em geral ainda é visto no mercado empresarial como uma caixa-preta, algo sem transparência, sem gestão. O problema não é a situação

financeira ruim, é o risco de credibilidade", diz Somoggi. "Os que se aventuraram são torcedores do clube, sem dúvidas. Foram [para a administração] por amor."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Minério de ferro acumula ganhos de 60% em 2019

Repetindo o bom momento vivido há cinco anos, o minério de ferro acumula valorização de 60,8% em 2019. A alta se deve à redução da oferta após a tragédia da Vale em Brumadinho (MG), além da suspensão de operações de mineradoras Australianas com a passagem do furacão Verônica, em um momento de produção de aço recorde na China. Mas há incertezas quanto à continuidade dessa trajetória nos próximos meses.

Embora os analistas apontem que os fundamentos são positivos, não está claro se a commodity manterá o mesmo vigor durante a temporada de redução de produção de aço na China, a fim de controlar os níveis de poluição. Além disso, a matéria-prima mais cara reduz as margens da siderurgia e pode levar a cortes na produção em usinas chinesas. Por fim, ainda não há um acordo comercial entre China e Estados Unidos.

Essas incertezas alimentaram a realização de ganhos na sexta-feira. Ainda assim, a cotação permaneceu acima dos US\$ 115 por tonelada, retomando os níveis recorde vistos em abril de 2014. De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao caiu 0,2%, ou US\$ 0,27, para US\$ 116,98 por tonelada.

Essa é a maior cotação no mercado à vista desde 17 de abril de 2014, quando a commodity era negociada a US\$ 117,16 por tonelada. No acumulado de junho, o minério registra ganhos de 15% e, no ano, a valorização é de quase 61%. Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais negociados com entrega para setembro perderam 11 yuans, para 820 yuans por tonelada.

A realização de ganhos nos mercados à vista e futuro vem dois dias depois de a mineradora australiana Rio Tinto ter reduzido a projeção de embarques da commodity a partir da operação de Pilbara em 13 milhões de toneladas, para o

intervalo de 320 milhões a 330 milhões de toneladas. Antes, a expectativa era ficar entre 333 milhões e 343 milhões de toneladas.

Após a passagem do furacão Verônica pela região em março, a mineradora optou por elevar as taxas de embarque a fim de recuperar as entregas em atraso, o que acabou levando à necessidade de uma parada operacional, não programada inicialmente, nas próximas semanas. Ao mesmo tempo, a Vale informou que vai retomar no fim de semana 100% das operações na mina de Brucutu (MG), porém sem impacto na produção prevista para 2019.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/06/2019

Seção: Economia

Autor: Felipe Siqueira

Título: Termina hoje prazo para a reserva de ações da Petrobrás

Caixa está vendendo o equivalente a 3,24% do capital da petroleira; investimento mínimo é de R\$ 3 mil

Termina hoje o prazo para o investidor pessoa física manifestar interesse nas ações ordinárias (com direito a voto) da Petrobrás que a Caixa vai vender. O banco decidiu se desfazer de todas as suas ações ordinárias da petroleira, o que representa 3,24% do capital social da Petrobrás, ou 241.340.371 papéis. Desse total, até 24% será prioritariamente negociado com pessoas físicas, com valor mínimo de compra de R\$ 3 mil e máximo de R\$ 1 milhão.

Há também a possibilidade de a compra ser feita via fundo de investimentos em ações, com R\$ 100 como aporte mínimo. Nesse caso, é preciso levar em conta taxas de manutenção, sobre rendimento e até de saída.

O prospecto preliminar sobre a estatal do petróleo – relatório com as condições para que as ações sejam vendidas, com possíveis riscos e preços –, indica que o valor movimentado na operação deve ultrapassar R\$ 7 bilhões, com base no preço levantado na B3, a Bolsa de São Paulo, no último dia 7, de R\$ 29,85 por ação. Só que, após essa data, o valor do papel da Petrobrás atingiu na última quarta-feira R\$ 30,84. O preço por ação para esta negociação será definido amanhã.

Quem se interessar pelo negócio deve sinalizar interesse por meio de uma instituição que possa operar na B3 – a lista pode ser encontrada no site da Bolsa. A corretora, explica a B3, precisa estar credenciada a participar dessa operação especificamente, caso contrário, não poderá realizar a reserva. "Pode reservar ações qualquer agente de custódia participante da B3 que tenha

aderido à oferta assinando a carta convite enviada pela Caixa", informou a Bolsa, por meio de nota, ao Estado. UBS, Morgan Stanley, Bank of America Merrill Lynch e XP Investimentos estão coordenando esta oferta de ações.

Segundo especialistas, existe a possibilidade de haver desconto no preço do papel, que, geralmente, varia de 2% a 5%. "A chance de ter desconto existe porque a oferta (de ações) é muito grande", explica o coordenador do laboratório de finanças do Insper, Michael Viriato. Mas, a depender da demanda, a situação pode se inverter.

Uma dica de especialistas para quem está começando a investir em ações, é estabelecer, na hora da reserva de compra, um preço máximo a ser pago por ação. Se no dia da divulgação do valor o preço exceder o que foi acertado, a reserva é automaticamente cancelada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Declodt e Fernanda Guimarães

Título: Fundo investe US\$ 43 mi em agtechs na América Latina

Coluna do Broadcast

O The Yield Lab, fundo de investimentos focado em agtechs, acaba de abrir um escritório no Brasil e se prepara para investir em startups voltadas ao agronegócio no País. O foco serão soluções para "além da porteira", como as relacionadas a logística, crédito, seguro, vendas online e rastreabilidade. "É onde vemos mais problemas e também oportunidades de retorno a investidores", diz Kieran Gartlan, diretor-geral do fundo no Brasil. Recém-saído da Bolsa de Chicago, maior bolsa mundial de commodities agrícolas, onde atuava desde 2010, Gartlan diz que o plano contempla investimentos em outros países da América Latina. Serão US\$ 3 milhões para empresas em estágio inicial de atuação e US\$ 40 milhões para agtechs mais robustas, avaliadas em US\$ 5 milhões a US\$ 10 milhões. As agtechs "novatas" devem receber cerca de US\$ 100 mil em 3 anos – seis empresas por ano, sendo duas ou três do Brasil. Já das startups mais maduras, serão selecionadas 28 a 30 da região, das quais 10 a 12 brasileiras, em cinco anos. O valor médio individual será de US\$ 1 milhão a US\$ 3 milhões.

» Mentores. O The Yield Lab foi fundado em 2014 por ex-executivos de grandes companhias do agronegócio global, como Monsanto e John Deere, e por outros fundos de investimento ligados ao setor. De lá para cá, investiu em 40 empresas em todo o mundo. Na América Latina, abriu escritórios na Argentina e no Brasil.

O próximo na região será no Chile, até o fim do ano. » Além do dinheiro. Dos US\$ 40 milhões que o fundo pretende aportar nas agtechs mais consolidadas, aproximadamente 20% devem vir de grandes empresas de grãos, insumos agrícolas, maquinário e outros segmentos, conta Gartlan. Além de contribuir com recursos financeiros, elas serão importantes para validar as tecnologias e seu potencial de mercado. O The Yield Lab já está conversando com algumas. "Várias demonstraram interesse", diz o executivo. » Enfim, B11. Em meados de julho deve sair a autorização para que a mistura do biodiesel ao diesel aumente de 10% (B10) para 11% (B11) no País, diz Carlos Orlando Enrique da Silva, superintendente de biocombustíveis e de qualidade de produtos da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Faltam apenas testes finais do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), que serão encaminhados ao Ministério das Minas e energia (MME). A resolução da ANP definirá também o aumento escalonado da mistura em um ponto porcentual por ano, até o B15 em 2023, sempre em julho de cada ano. » Ar limpo. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) tem reunião nesta segunda-feira para definir as metas decenais, de 2020 a 2029, de redução de gases do efeito estufa no País por meio dos combustíveis renováveis e dentro do RenovaBio. A nova política nacional de biocombustíveis entra em vigor no próximo ano e prevê o fomento do uso de etanol e biodiesel em substituição aos combustíveis de petróleo para mitigar as emissões.

» Vem com tudo. Com uma carteira ligada ao setor agropecuário oito vezes maior do que há quatro anos, o Itaú BBA se prepara para expandir o atendimento personalizado para dez polos produtores do País – em 2018 eram seis. O plano é chegar a 21 no ano que vem. Na lista de 2019 estão os municípios de Tangará da Serra e Sinop (MT), Brasília (DF) e Balsas (MA). "Continuamos focados em grandes produtores que tenham a partir de 4 mil a 5 mil hectares. Há muito mercado por explorar neste segmento", conta à coluna Pedro Fernandes, diretor de Agronegócios.

» Nova ordem. O Itaú BBA prevê que a carteira agro aumentará 30% a 40% este ano. Como projeta queda da Selic para 5,75% ao ano no fim de 2019, o banco espera maior demanda por dinheiro a taxas de juros livres. Mas muitos produtores ainda precisam aperfeiçoar a gestão financeira para acessar alíquotas menores, alerta Fernandes, lembrando que o subsídio federal a grandes produtores será mais restrito nesta safra.

» Insatisfeitos. Representantes do agronegócio cobraram o secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, Gustavo Junqueira, para que ele ajude a reverter o aumento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a aquisição de alguns produtos agrícolas. Ouviram de Junqueira que o problema está com o colega Henrique Meirelles na Secretaria da Fazenda e que

não há uma posição sobre o assunto. O grupo não gostou do tom resignado do secretário.

» De vento em popa. A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, está animada com a decisão que tomou de filtrar, por meio das Câmaras Setoriais abrigadas no ministério, as reivindicações de cada cadeia produtiva. "É uma mudança de cultura", diz, sobre a ideia de fortalecer a representatividade dos vários segmentos do agronegócio. "Acho que vai funcionar bem", conta à coluna. "Já tive uma reunião com todas as câmaras e a partir de agora estaremos sempre conversando."

COLABOROU TÂNIA RABELLO

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/06/2019

Seção: Coluna

Autor: Ancelmo Gois

Título: Um pré-sal para o Museu

As verbas de pesquisa do petróleo - um dinheirão na casa de R\$ 2 bilhões por ano

- poderão ser usadas em projetos do Museu Nacional. Antes mesmo do incêndio, a ANP tinha conversado com a Sociedade Brasileira de Geologia sobre o assunto. Dia desses houve uma reunião de Décio Oddone, diretor-geral da ANP, com a nova reitora Denise Pires de Carvalho, responsável pelo museu.

MME / ASCOM .